

**HABEAS CORPUS Nº 544.673 - SP (2019/0336253-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDA SEARA CONTENTE - SP257818  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ZANELE MISANI NGOBESE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ZANELE MISANI NGOBESE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução n.º 9003817-70.2017.8.26.0050).

Narra a Impetrante que a Paciente estava em livramento condicional desde 19/04/2016, cujo fim do período de prova estava previsto para o dia 30/01/2017. Contudo, em 09/10/2017, o Juízo das Execuções Penais indeferiu o pleito de extinção da pena e prorrogou, automaticamente, o livramento condicional em razão de fato criminoso praticado em 08/12/2016 (fls. 37-38).

Inconformada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento ao agravo em execução penal (fls. 51-54).

Nas razões desta impetração, a Defensoria Pública impetrante alega que "[a] fim de evitar a extinção automática da pena é que, caso o sentenciado cometa novo crime na vigência do livramento, deve-se determinar a suspensão do livramento condicional, providência que evidentemente deve ser tomada antes do término do período de prova. Uma vez encerrado o prazo do período de prova sem suspensão, a única solução possível é a extinção da pena" (fl. 6).

Pleiteia, liminarmente e no mérito, a extinção da pena correspondente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

No caso, o Tribunal de origem decidiu que, "[a] partir do cometimento de nova infração penal durante o curso da benesse, seu prazo será prorrogado automaticamente, até porque, em se tratando de antecipação de liberdade, pode ser

*revogada a qualquer momento" (fl. 53).*

De fato, nos termos da Súmula n.º 617 desta Corte Superior, *"a ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena"*.

No mesmo sentido, ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte pacificaram a compreensão de que não há prorrogação automática do livramento condicional, de forma que a ausência de suspensão ou revogação expressa em decisão judicial enseja a extinção da pena após o cumprimento do período de prova.

Confira-se:

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE NOVO CRIME DURANTE O PERÍODO DE PROVA. SUSPENSÃO APÓS O DECURSO. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. INVALIDADE. EXTINÇÃO DA PENA QUE SE IMPÕE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO, PARA DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE.**

[...]

*II - Nos termos do art. 145 da LEP, ocorrendo a prática de infração penal durante o período de prova, cumpre ao Juízo da Execução Penal ordenar a sua prisão e suspender o curso do livramento condicional. A revogação dependerá da decisão final da nova ação penal.*

*III - Decorrido o período de prova do livramento condicional sem que seja suspenso ou revogado, a pena deve ser extinta, nos termos do art. 90 do Código Penal.*

*IV - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que não há prorrogação automática do livramento condicional.*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar extinta a pena privativa de liberdade, em virtude do integral cumprimento do período de prova do livramento condicional." (HC 454.451/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 21/09/2018, sem grifos no original.)*

**"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE NOVA INFRAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE PROVA. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO CAUTELAR. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE MANIFESTA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 90 DO CP E**

146 DA LEI N. 7.210/1984. EXTINÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

**1. Inexistindo suspensão cautelar do livramento condicional, o transcurso do respectivo prazo, sem revogação, implica a extinção da pena, diante da impossibilidade de prorrogação automática do período de prova. Precedentes.**

2. Agravado regimental improvido." (AgRg no HC 277.161/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 10/10/2013, sem grifos no original.)

Na hipótese em apreço, está consignado, no acórdão impugnado, que "[a] agravante, contemplada aos 19/4/16 com o livramento condicional na Execução nº 1, **com término do período probatório previsto para 30/1/17**, praticou novo delito aos 8/12/16" (fl. 53). Contudo, a decisão de revogação do livramento condicional somente foi proferida em 09/10/2017 (fls. 37-38), em momento no qual, *primo ictu oculi*, a pena já estava extinta.

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido liminar para suspender os efeitos da decisão de primeiro grau que prorrogou o período de prova do livramento condicional.

Comunique-se ao Juízo de origem, remetendo-lhe cópia desta decisão e solicitando-lhe informações pormenorizadas acerca do livramento condicional da Paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora